

Nota de repúdio - Show das mulatas no 6º Fórum Acadêmico BRICS (SAE/IPEA)

Num momento em que organizações negras feministas reforçam sua condenação aos estereótipos historicamente reproduzidos por uma sociedade brasileira entranhada de machismo, misoginia e racismo; numa conjuntura em que o Estado brasileiro, através de diferentes instrumentos normativos, assume o compromisso de combater o turismo sexual e todas as formas de violência contra as mulheres e promover a igualdade de gênero em nosso país, deparamo-nos, de forma surpreendente, com as cenas de um evento organizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Entre os dias 18 e 19 de março, o Ipea e a SAE realizaram um evento intitulado 6º Fórum Acadêmico BRICS, na cidade do Rio de Janeiro, conforme se pode observar neste link: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/>. Para encerrar as atividades, a organização do evento promoveu um “show de mulatas”, conforme se pode observar nas fotos abaixo.





As imagens são, por si sós, abjetas pelos ecos que evocam do imaginário social. Expressam a adesão e a reprodução ativa de uma forma de pensar e representar o Brasil e as relações sociais que nos formam. Evocam a suposta sensualidade e disponibilidade dos corpos femininos negros, compreendidas como seus “atributos naturais”, para colocá-los a serviço dos homens brancos, a quem se atribui o papel de legítimos e efetivos decisores dos rumos do país. E no fim, todos sorriem e brindam a sensualidade dos trópicos e a festa da democracia racial brasileira, que se sustenta somente na medida em que papéis hierarquizados e nitidamente demarcados sejam cumpridos a rigor.

O Brasil fora classicamente descrito como um país vocacionado ao mulatismo. Em autores como Gilberto Freyre, o mulatismo era, ao contrário do que descreviam as teses racistas do século XIX e início do século XX, aquilo que a nação brasileira tinha a oferecer de original e positivo ao mundo: um país miscigenado, cujas tensões raciais foram dissolvidas pelo intercuro sexual estabelecido entre homens brancos e mulheres negras e indígenas. A despeito dos séculos de opressão, Freyre via na relação sexual entre o branco e a mulher negra a síntese de um país que houvera descoberto uma forma singular de dissolver conflitos raciais. Enquanto o português branco era um sujeito sem preconceitos, dotado de uma enorme plasticidade e flexibilidade, as negras eram dotadas de uma tendência sadomasoquista, que fazia com que a relação de violência estabelecida entre ambos se traduzisse em desejo e aceitação, identificando dominadas com os valores dos dominantes. Assim, Gilberto Freyre teve a proeza de descrever o estupro contumaz de mulheres negras como uma relação de atração e desejo, construindo as bases teóricas de um inconsciente coletivo racista conhecido como o mito da democracia racial.

A mulata, transformada em símbolo nacional, figura reluzente dos carnavais e das fantasias sexuais masculinas, passara a ser utilizada como peça publicitária de um país sem raças definidas e, portanto, sem racismo. Esta figura de referência, como recorda Mariza Correa no texto *Sobre a invenção da mulata*, foi cantada e decantada na literatura e na música. E não lhe faltaram qualificações “culinárias”: manjeriço, cravo e baunilha (Aluísio de Azevedo); cravo, canela e alecrim (Jorge Amado); mandioca doce (João Felício dos Santos); ou, simplesmente, um sabor do Brasil (Lamartine Babo). Em suma, a mulata, é um objeto de desejo que samba e saracoteia volúpia e sensualidade sem limites num corpo puro e primitivo, representado como disponível sem reservas à degustação e deleite do homem branco. Difícil imaginar uma figura mais distante das representações do cidadão, do sujeito de direitos no contexto democrático.

As mulatas eram ainda comparadas no discurso médico às mulas, animal estéril que resulta do cruzamento entre a égua e o jumento. Um corpo animal destinado à liberação sexual dos brancos, ao qual, por suas supostas sensualidade e disponibilidade, continua sendo atribuído o papel de mediação entre povos, países e raças, tal como podemos observar na imagem abaixo, que traz duas camisetas com nítida conotação machista e racista lançada pela Adidas para promover a marca na Copa do Mundo 2014¹. Em uma camiseta o Brasil era representado por uma bunda com fio dental; outra trazia a tradicional representação da mulata ao lado de uma frase que significa em português “fazer gols”.



A violência material e simbólica que esta imagem traz até os dias de hoje tem consequências objetivas e subjetivas para essas mulheres: reafirma a exotização, hipersexualização e objetificação do corpo negro feminino; reforça estereótipos que normalizam a sua presença em certos lugares sociais que implicam em exploração e subalternidade, assim como sua ausência dos espaços de poder; reforçam a sua exposição a uma série de violências e assédios cotidianos, como um corpo numa vitrine à espera de seu dono. Um corpo que não pensa, um corpo sem mente. O corpo do turismo sexual, cristalizado como alvo de violência e destinado à servidão.

Porém, as mulheres negras (r)existem e sempre (r)existiram para além do lugar a que foram historicamente predestinadas e socialmente representadas. (R)existem, desejam e lutam por um outro lugar na sociedade. Ou melhor, por outra sociedade, que comporte sua existência enquanto sujeitos de direito. Em que a violência e a exploração de seus corpos não seja fundamento da ideia de nação. E na qual possam, de fato, participar como idealizadoras e gestoras de suas vidas, tendo por horizontes a justiça social e a equidade.

O que vemos aqui é violência material e simbólica contra mulheres e negras e, sobretudo, contra mulheres negras. Afinal de contas, de que forma a SAE e o Ipea encaram efetivamente racismo e machismo na sociedade brasileira? Que lugar na sociedade vislumbram para a quarta parte da população nacional que é composta por mulheres negras? Qual é o lugar ocupado por estes dilemas no modo de pensar o país em que vivemos e seus rumos? Que legitimidade estas instituições pretendem construir para tratar de gênero e raça se reproduzem em suas próprias entranhas práticas machistas e racistas?

¹ Protestos em rede social, nota de repúdio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e manifestações de organizações feministas negras fizeram a empresa cancelar as vendas das camisetas.

Ante o exposto, as servidoras e servidores abaixo assinados vêm manifestar **repúdio veemente à utilização de expedientes racistas e machistas realizada pelo Ipea em qualquer evento ou atividade, sob qualquer pretexto**, requerendo ainda que sejam elucidados os fatos, que a instituição se retrate e, ainda, que providências concretas sejam tomadas para impedir que fatos inaceitáveis como este se repitam tanto no Ipea como em quaisquer outros eventos patrocinados pelo governo federal.

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Natália de Oliveira Fontoura
Luana Simões Pinheiro
Antonio Teixeira Lima Júnior
Leila Posenato Garcia
Fernanda Lira Góes